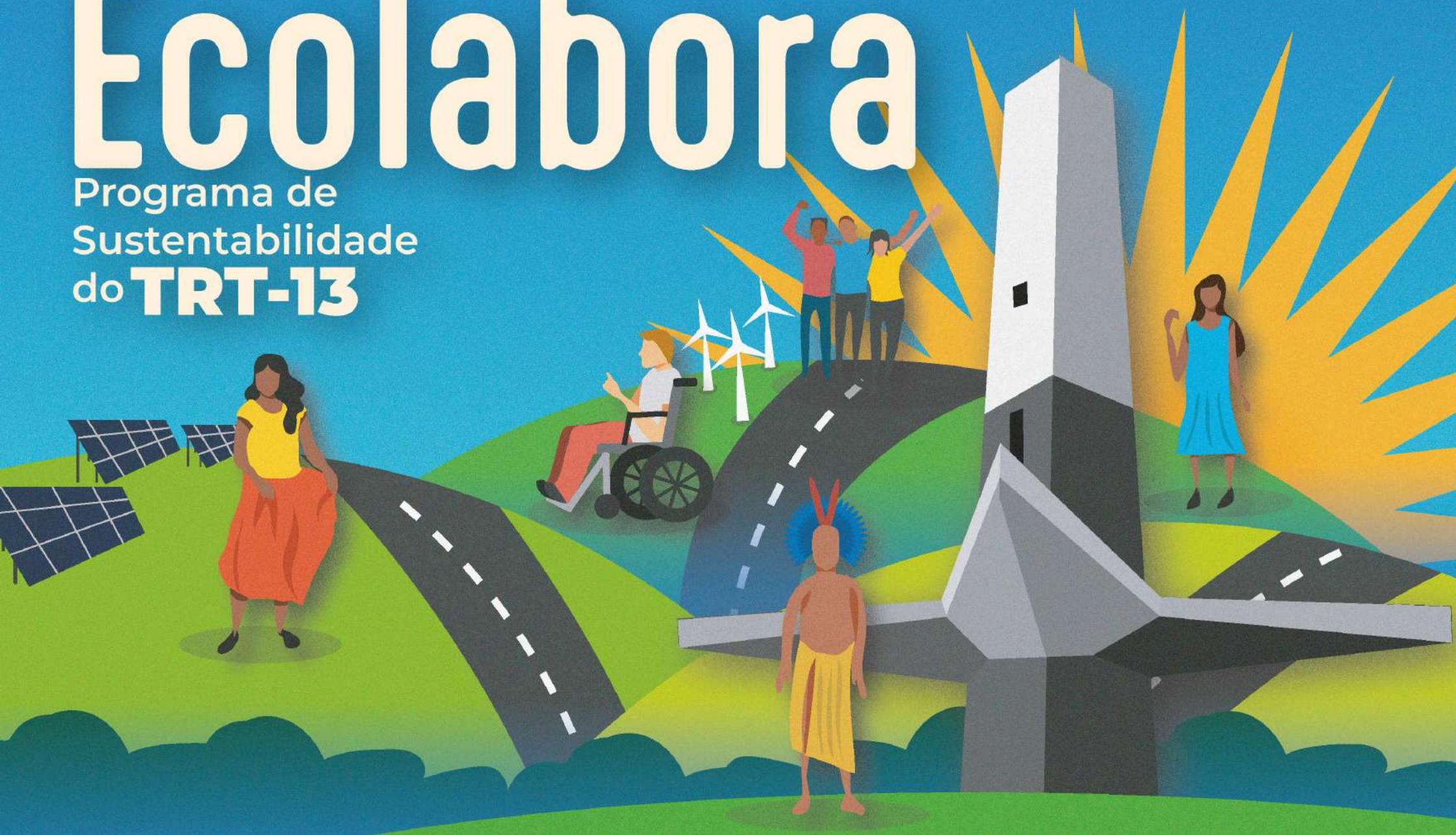


Ecolabora

Programa de
Sustentabilidade
do **TRT-13**





6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

2 FOME ZERO

7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES

15 VIDA SOBRE A TERRA

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

EXPEDIENTE

Presidente

Desembargador Thiago de Oliveira Andrade

Vice-Presidente e Corregedora

Desembargadora Herminegilda Leite Machado

Diretora da Escola Judicial

Desembargadora Herminegilda Leite Machado

Juiz Auxiliar da Presidência

Lindinaldo Silva Marinho

Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria

Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque

Secretário-Geral da Presidência

Hyderlandson Coelho da Costa

Diretora-Geral da Secretaria

Simone Farias Perrusi

Secretário de Governança e Gestão Estratégica

Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

Seção de Gestão Socioambiental

Jackson Bertamoni de Lima

Assessoria de Projetos Sociais e Promoção de Direitos Humanos – ASPROS

Jamilly Rodrigues da Cunha

Samuelson Wagner de Araújo e Silva

Francineide Dias Braga

Andrezza Ribeiro Gomes

Izabelle Aline Donato Braz

Assessoria de Comunicação Social

Patrícia Rocha Magalhães Sakaue

Débora Cristina Barbosa da Silva

Eduardo Pinelli Pereira

Design Gráfico

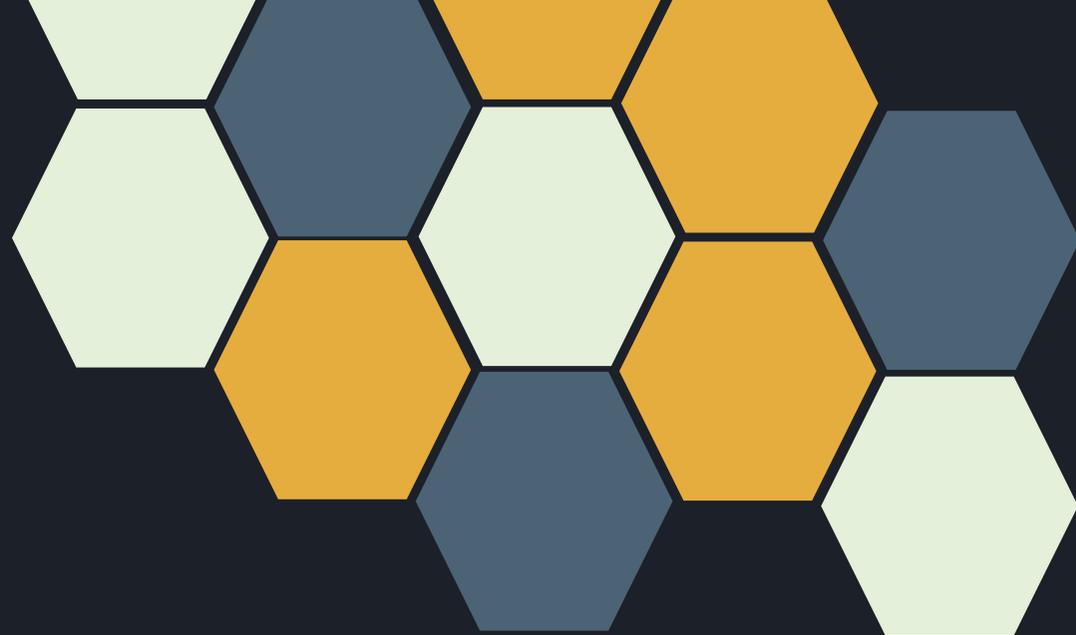
Ana Luísa Dias Braga

A Constituição Federal, em seu artigo 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, seguindo as diretrizes internacionais da Organização das Nações Unidas, inclusive os Movimentos Ambição Net Zero e Conexão Circular, dos quais o Tribunal é signatário, a Resolução CNJ n.º 400 do Conselho Nacional de Justiça e normativos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em vida esforços para cumprir, além de sua função jurisdicional, a missão de promoção da Justiça Social, dos Direitos Humanos e da Sustentabilidade.

A atual gestão tem como referência a perquirição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, estabelecida pela Organização das Nações Unidas. Assim, constituiu prioridade da gestão a integração entre o TRT-13, as pessoas, o meio ambiente, com foco na cultura e na economia.

Signatário do Movimento Ambição Net Zero da ONU, o TRT-13 assumiu o compromisso coletivo de contribuir para a redução de **2 Gigatoneladas de CO² em emissões acumuladas até 2030**. Para isso, criou o **Ecolabora - Programa de Sustentabilidade**, contemplando medidas, ações e projetos, que estão sendo implementados desde o início do ano de 2023.



Ecolabora O Programa de Sustentabilidade do TRT-13

O **Ecolabora** alcança os conceitos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões: a dimensão ambiental, a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão cultural.

O Programa **Ecolabora** conta com quatro trilhas de atuação:

A primeira, a **Trilha Greta Thunberg**, representa o viés “ambiental” e tem como foco redução e compensação de gases de efeito estufa.

A segunda, a **Trilha Patrícia Rosas**, com viés social, foca em ações relacionadas à valorização e à inclusão racial das pessoas.

Já a terceira, a **Trilha Wangari Maathai**, representa o viés cultural e é caminho que leva à inclusão de jovens negros, quilombolas, indígenas e imigrantes, em sua maioria meninas, a oportunidades de acesso e à educação emancipadora e inovadora.

Enquanto a quarta, a **Trilha Ailton Krenak**, com viés econômico, permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidades que objetivam uma melhor eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

A última etapa do nosso Programa de Sustentabilidade levou à criação da Rede de Sustentabilidade do Sistema de Justiça do Estado da Paraíba, chamada **“Conecta Sustentabilidade”**, por meio da qual se conjugam esforços entre TRT-13, TRE-PB, JFPB, TJPB, TCE-PB e UFPB para implementação de programas e ações interinstitucionais sobre a temática sustentabilidade em todas as suas dimensões.





Patrícia Rosas, natural de Campina Grande-PB, passou parte de sua infância residindo em um lixão. Desde cedo, começou a recolher materiais recicláveis como meio de obtenção de renda e de sobrevivência. Superando as dificuldades, Patrícia graduou-se em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, sendo, atualmente, Professora Doutora da UFPB.



Ailton Alves Lacerda Krenak OMC, mais conhecido como Ailton Krenak (Mantena, 29 de setembro de 1953), é um líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta, escritor brasileiro da etnia indígena krenaque e Imortal da Academia Brasileira de Letras. Ailton é também professor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e é considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro, possuindo reconhecimento internacional.



Wangari Muta Maathai foi uma professora e ativista política do meio-ambiente do Quênia. Foi a primeira mulher africana a receber o Prêmio Nobel da Paz. Maathai fundou o Green Belt Movement, uma organização não governamental ambiental concentrada em plantação de árvores e conservação ambiental e nos direitos das mulheres.



Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg é uma ativista ambiental sueca. É conhecida por ter protestado fora do prédio do parlamento sueco e por ser a líder do movimento Greve das escolas pelo clima.

Conteúdo

01 Identidade Organizacional Planejamento Estratégico Institucional

02 Trilha Greta Thunberg

Adesão ao Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da ONU

Programa Carbono Neutro

Substituição da gasolina por etanol nos abastecimentos da frota flex

Geração de energia limpa

Redução e atualização da frota de veículos

Redução do número de impressoras
Aquisição de ares condicionados

Plantio de árvores em parceria com a Prefeitura de João Pessoa

Compra de créditos de carbono e de certificados de energia renovável

Sustentabilidade no TRT-13 em movimento
Projeto Acqua

Ecoponto

Compostagem

03 Trilha Patrícia Rosas

Coleta Onerosa

Aquilomba, Paraíba

05 Trilha Wangari Maathai

Projeto Quilombo Vai à nASA

06 Trilha Ailton Krenak

Plano de Logística Sustentável

07 Conecta Sustentabilidade



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região construiu, para o Ciclo 2021 - 2026, um plano estratégico cujo enfoque alcança temas relacionados à sustentabilidade, destacando-se os procedimentos relacionados à gestão e suas repercussões no âmbito ambiental, social, cultural e econômico. A missão, a visão, os valores e o Objetivo Estratégico n.º 2, que compõem o Planejamento Estratégico Institucional, estão abaixo relacionados:

MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Consolidar-se como uma justiça de qualidade, ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social, promoção do trabalho digno e desenvolvimento sustentável.

VALORES

Ética, Acessibilidade, Agilidade, Eficiência, Transparência, Inovação, Valorização das pessoas, Sustentabilidade, Efetividade, Comprometimento, Segurança Jurídica e Respeito à Diversidade e à Igualdade de Gênero.

OBJETIVO ESTRATÉGICO N.º 2

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

INDICADORES

Percentual de execução do Plano de Logística Sustentável

Índice de participação de mulheres nos comitês e comissões do TRT-13

Índice e participação de mulheres nos cargos em comissão

Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil

Trilha Greta Thunberg



Paris France



No Acordo de Paris, o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030.

Destaca-se o disposto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, no qual é imposto ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente. Na mesma linha, a Resolução CNJ n.º 400/2021 impõe ao Poder Judiciário o dever de ação de modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, o TRT-13, como instituição reconhecedora de seu dever e de sua responsabilidade ambiental e social, promoveu ações no âmbito Trilha Greta Thunberg, que tem como foco a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais por meio da mitigação e da compensação de emissões de gases de efeito estufa.



Adesão ao Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da ONU



O **Movimento Ambição Net Zero** é uma iniciativa de aceleração que visa desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU no Brasil para que estabeleçam metas robustas, que impactem na redução das emissões de gases de efeito estufa e provoquem a atuação das instituições com a urgência e a ambição necessária para promoção da sustentabilidade. Nessa perspectiva, o movimento tem como objetivo impulsionar entregas de impacto para a sociedade brasileira, com a ambição coletiva de reduzir 2 Gigatoneladas de CO2 em emissões acumuladas até 2030. Em abril de 2023, o TRT-13 assinou a Carta Compromisso para se empenhar com as metas do movimento, como a divulgação de iniciativas do movimento internamente e externamente, dentro de sua responsabilidade jurídica e institucional.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-adere-ao-movimento-ambicao-net-zero-do-pacto-global-da-onu-e-institui-programa-carbono-neutro>

Programa Carbono Neutro

No ano de 2023, o TRT-13, após aderir ao Movimento Ambição Net Zero, que tem como objetivo desafiar e apoiar empresas integrantes do Pacto Global da ONU para estabelecer compromissos em relação ao clima e que integrem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13 (Ação Climática) e os objetivos do Acordo de Paris em suas estratégias de negócio, por meio do ATO TRT13 SGP N.º 066, de 12 de abril de 2023, instituiu o **Programa Carbono Neutro**, com objetivo de apresentar uma série de medidas para potencializar o seu desenvolvimento sustentável, com redução permanente e contínua das emissões de gases de efeito estufa, decorrentes de suas atividades.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-e-o-primeiro-tribunal-brasileiro-a-aderir-ao-programa-brasileiro-ghg-protocol>

Encontram-se dentre as ações que compõem o Programa Carbono Neutro.

Gestão sistematizada dos dados de sustentabilidade do órgão

Elaboração do Inventário de emissões de gases do efeito estufa

Confecção do Relatório de emissões de gases do efeito estufa

Elaboração do Plano de Compensação Ambiental de gases do efeito estufa

Gerenciamento da efetiva compensação das emissões de gases do efeito estufa



Gestão sistematizada dos dados de sustentabilidade



Água e esgoto

Redução do consumo e dos gastos com água e esgoto.



Resíduos

Promoção da gestão adequada dos resíduos sólidos gerados, da coleta seletiva, da reciclagem de materiais e da inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos (remuneração)



Papel

Redução do consumo de papel e consequentemente da geração de resíduos sólidos. Além da aquisição de papel com critérios de sustentabilidade.



Combustível

Redução do consumo de gasolina e diesel e incentivo o uso de combustíveis com menor grau de impacto ambiental (utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota).



Energia elétrica

Redução do consumo e dos gastos com consumo de energia elétrica. E aumento da geração de energia limpa.

Gestão sistematizada dos dados de sustentabilidade



- ✓ **Impressão**
Racionalização dos recursos destinados ao processo de impressão, e consequentemente redução da geração de resíduos sólidos.
- ✓ **Descartáveis**
Redução do consumo de copos descartáveis, e consequentemente da geração de resíduos sólidos. Além da aquisição de descartáveis com melhores atributos para a reciclagem.
- ✓ **Limpeza**
Racionalizar os gastos anuais com material de limpeza. Aprimorar e padronizar a gestão dos contratos de limpeza.
- ✓ **Veículos**
Racionalização dos gastos com a frota de veículos. Redução e atualização da frota de veículos. Redução do gasto com deslocamento de pessoal, bens e material. Aprimoramento e padronização da gestão dos procedimentos relacionados ao transporte.
- ✓ **Aquisições**
Estimula a inclusão de critérios de sustentabilidade nos contratos celebrados pelo Tribunal. Estimula a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão. Promoção da cultura da sustentabilidade na instituição.



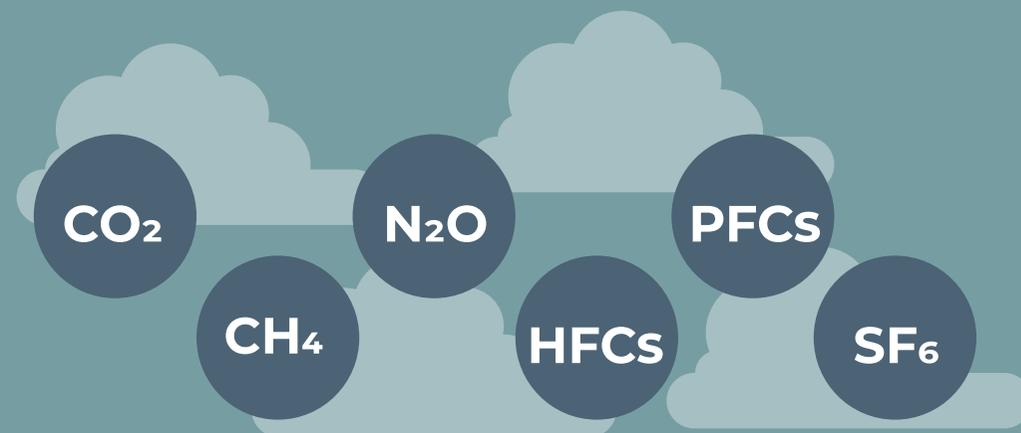
Criado em 2008, o Programa Brasileiro GHG Protocol é responsável pela adaptação do método GHG Protocol ao contexto brasileiro, desenvolvendo uma ferramenta de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

O TRT-13 se tornou o primeiro tribunal brasileiro a aderir ao PBGHG. Na prática, o TRT-13 teve a possibilidade de participar de workshops e ter acesso às consultorias de profissionais da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, foi possibilitada a realização de inventário e do Relatório de Emissão de Gases de Efeito Estufa, o que permitiu a identificação e a quantificação das emissões diretas e indiretas dos gases causadores de efeito estufa emitidos em decorrência das atividades do TRT-13.

Para garantir a confiabilidade e a transparência do inventário, da quantidade de carbono emitido pelo TRT-13 e a mensuração do dano causado ao meio ambiente, na primeira fase, ainda no mês de abril de 2023, o Tribunal contratou a empresa BENRI - BIOMASS ENERGY RESEARCH INSTITUTE para auditar o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE).

O inventário realizado alcançou os Escopos 1 e 2. O Escopo 1 compreende a emissão via combustão móvel, combustão estacionária e combustão fugitivas, uso de geradores a diesel, compreendendo **71%** das emissões contabilizadas no ano de 2022, ao passo que o Escopo 2 compreende o consumo de energia elétrica total de todas as edificações sob a jurisdição do TRT-13, o que representou **29,2%** das emissões totais em 2022.

Nesse contexto, apurou-se que o Tribunal, na realização de suas atividades laborais, emitiu **269 tCO₂e** (269 toneladas de dióxido de carbono equivalente). O mencionado inventário foi publicado no **Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro GHG Protocol** e recebeu o **selo ouro** por ter sido auditado e certificado por organismo verificador independente.



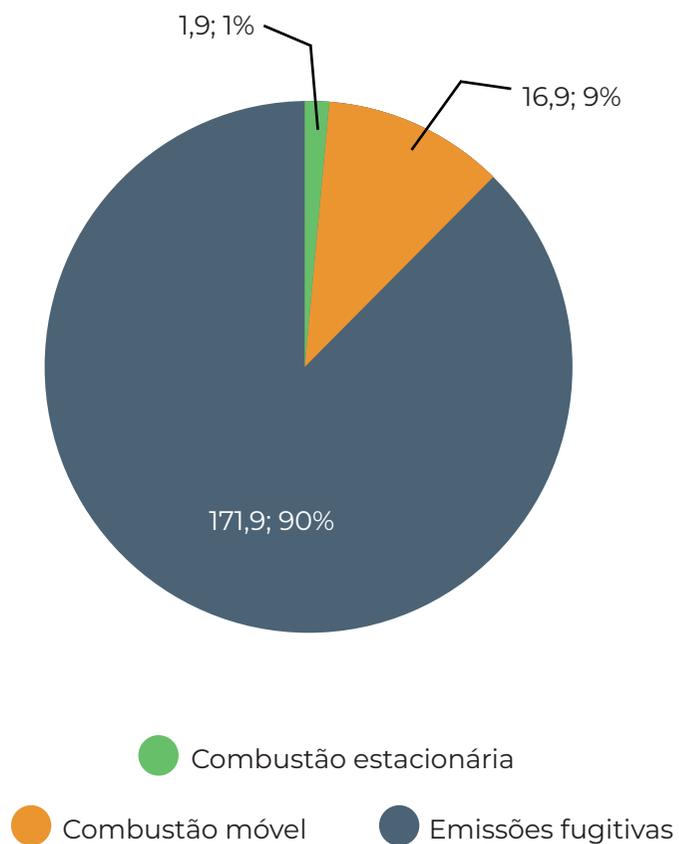
Adesão ao Programa Brasileiro GHG Protocol

A tabela abaixo permite a visualização das toneladas de CO² produzidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13^a Região no ano de 2022.

GEE	Em toneladas do gás				Em toneladas de CO ₂ equivalente (tCO ₂ e)			
	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 - Abordagem baseada na localização	Escopo 2 - Abordagem baseada na escolha de compra	Escopo 3
CO ₂	18,281	78,586	0,000	0,000	18,281	78,586	0,000	0,000
CH ₄	0,001	0,000	0,000	0,000	0,028	0,000	0,000	0,000
N ₂ O	0,002	0,000	0,000	0,000	0,530	0,000	0,000	0,000
HFC	0,090	0,000	0,000	0,000	171,892	0,000	0,000	0,000
PFC	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SF ₆	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
NF ₃	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Total					190,731	78,586	0,000	0,000



Contribuição das categorias de emissão de Escopo 1, em tcO₂e



Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa

Após a identificação das emissões nos Escopos 1 e 2 (tabela 1), em consonância às diretrizes do SBTi (Science Based Targets Initiative), o TRT-13 contratou empresa especializada para elaborar e indicar ações e estratégias para redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa, a qual ficou responsável pela apresentação do Plano de Compensação do Tribunal.

O Plano de Gestão de Gases de Efeito Estufa, elaborado a partir do contexto específico do TRT-13, foi apresentado no mês de dezembro de 2023, e está disponível para consulta na página de sustentabilidade, disponibilizada no Portal Institucional:

<https://www.trt13.jus.br/programas-e-acoess1/sustentabilidade>.



SUBSTITUIÇÃO DA GASOLINA POR ETANOL NOS ABASTECIMENTOS DA FROTA FLEX

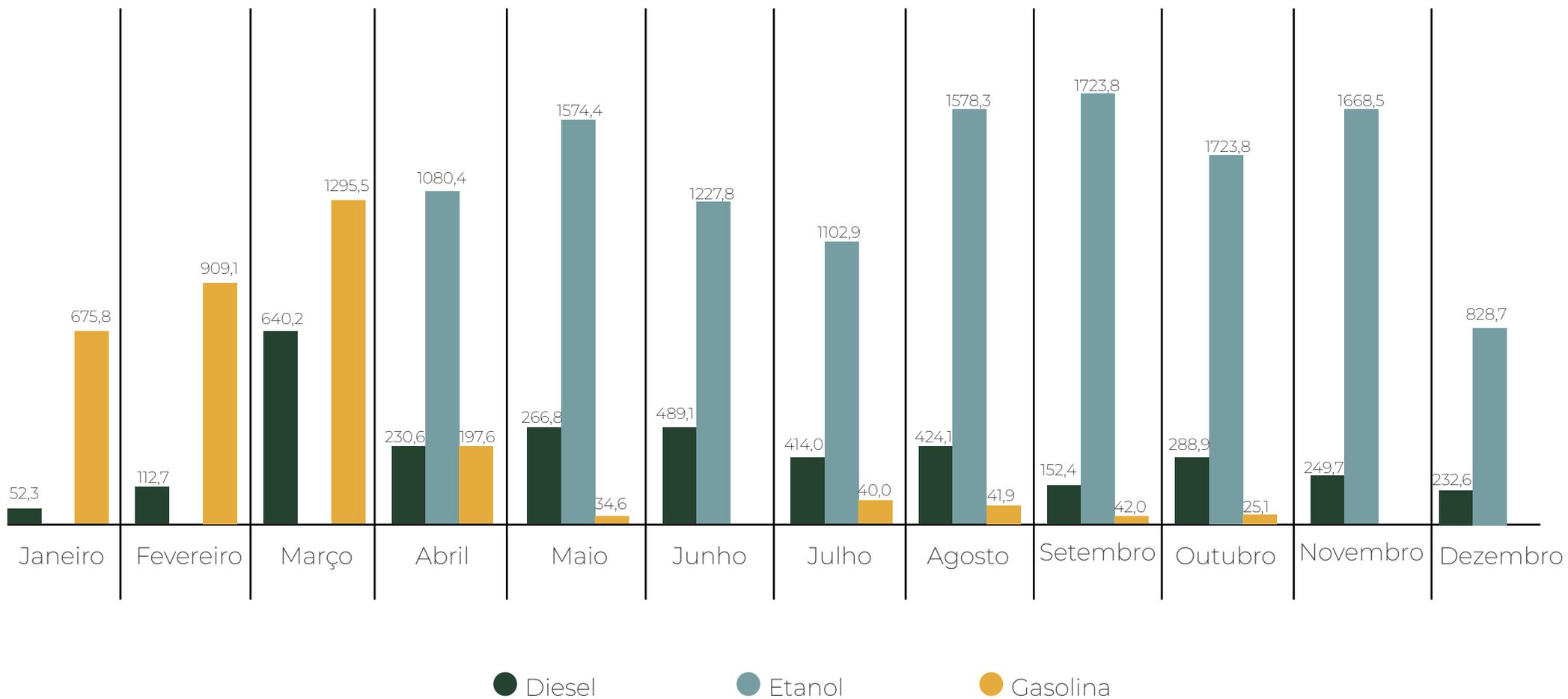


Com o objetivo de reduzir as emissões de carbono das suas fontes móveis (emissões de escopo 1), o TRT-13 regulamentou, por meio do Ato TRT13 SGP n.º 134/2023, a utilização exclusiva de etanol nos veículos flex da sua frota. O etanol é um biocombustível que produz menos gás carbônico, monóxido de carbono e dióxido de enxofre do que os combustíveis fósseis, contribuindo assim para a diminuição da poluição atmosférica e do aquecimento global.



O gráfico abaixo demonstra a redução contínua do consumo de gasolina e, por consequência, a menor emissão de CO².

Consumo de Combustível por Mês (litros)



GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA



7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

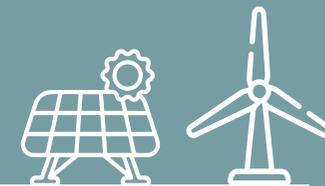


13 COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



15 VIDA SOBRE A TERRA



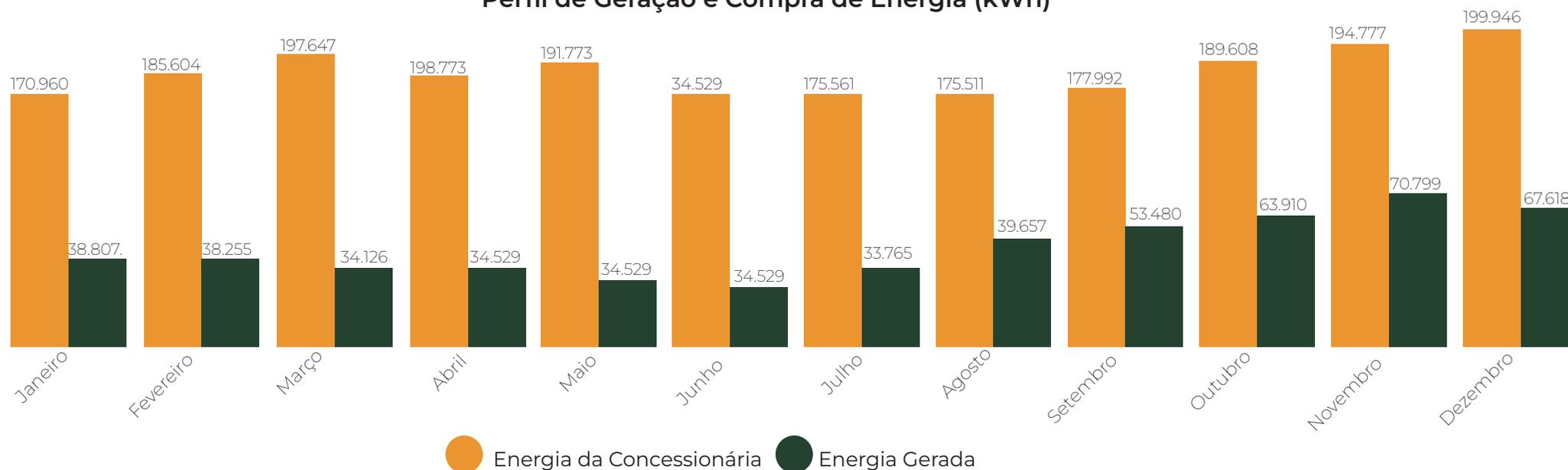


O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, alinhado ao seu compromisso com a sustentabilidade, implementou usinas fotovoltaicas em seus edifícios, fazendo com que parte do seu consumo de energia elétrica seja suprido por energia limpa e renovável.

De um total de 12 edificações, o TRT-13 instalou placas fotovoltaicas em 10 delas. Essas placas geram atualmente, aproximadamente, **36%** de todo o consumo do Tribunal, proporcionando, desde o início da implantação da primeira usina fotovoltaica, ocorrida em janeiro de 2021 até o final do ano de 2023, uma economia mensal de **R\$ 34.000,00** e, uma economia acumulada de aproximadamente **R\$ 700.000,00**.

Dentre as **10 edificações** que possuem usinas de geração de energia fotovoltaica, **7** delas produzem mais energia do que consomem. Além disso, transferem esse excedente de geração de energia para outros edifícios.

Perfil de Geração e Compra de Energia (kWh)



O gráfico abaixo demonstra a energia gerada pelo Tribunal em comparação à energia comprada e proveniente da concessionária Regional. Destaca-se que o Tribunal tem trabalhado para expandir essa geração para todas as suas edificações. A expectativa é que, ainda no ano de 2024, a capacidade de geração interna aumente para até **48%** de consumo interno, com a instalação das usinas fotovoltaicas no Centro Integrado da Justiça Social - CIJUS e na Vara do Trabalho de Guarabira, bem como com a expansão das usinas localizadas no Edifício Sede, na Coordenadoria de Material e Patrimônio e do FJCAN. A tabela abaixo aponta a expansão de geração de energia:

Prédio/Descrição	Potência Atual (kWp)	Potência Futura (kWp)	Geração Atual (kWh)	Geração Futura (kWh)
JP/SEDE	54	91	7056	11784
JP/FÓRUM	108	108	11465	11465
CG/FÓRUM	55	55	7021	7021
JP/CMP	31	62	3961	8019
JP/ARQUIVO DAS VARAS	60	60	8013	8013
PATOS	27	27	3185	3185
SOUSA	26	26	3011	3011
CATOLÉ	51	51	7519	7519
SANTA RITA	107	211	11511	22646
ITAPORANGA	50	50	7703	7703
JP/CIJUS	0	15	0	1942
GUARABIRA	0	21	0	2718
TOTAL	568	776	70445	95025

REDUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Em alinhamento ao Movimento Ambição NetZero do Pacto Global da ONU, bem como ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 13 - Ação contra a mudança global do clima -, o TRT-13 está reduzindo e modernizando sua frota por meio da aquisição de veículos híbridos e do desfazimento de veículos movidos a energia fóssil.

Até agora foram adquiridos 20 novos veículos híbridos, o que permitirá a redução da emissão do Tribunal em duas frentes, seja pela utilização exclusiva de etanol como forma de abastecimento, seja pelo desfazimento de 20 veículos movidos a gasolina, cujo processo de combustão é muito mais danoso ao meio ambiente.



REDUÇÃO DO NÚMERO DE IMPRESSORAS

O TRT-13 investiu na aquisição de equipamentos de refrigeração mais modernos e com maior eficiência energética, do tipo split, para substituir máquinas antigas, tendo em vista que estas não utilizavam gás ecológico ou não possuíam tecnologia inverter. Agora, os novos equipamentos utilizam o gás refrigerante R410A HFC e Unidade Evaporadora (interna) modelo HIGH WALL.

Ao todo, foram adquiridos 92 equipamentos, de maneira que a ação impacta no desenvolvimento sustentável do TRT-13, dado que os equipamentos consomem menos energia, estão em conformidade com o Protocolo de Montreal e o Acordo de Kigali, possuem maior facilidade de manutenção e minimização de vazamento de gás para a atmosfera, além de proporcionarem melhorias de qualidade de vida para magistrados(as), servidores(as) e terceirizados(as).



AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO

A Secretaria de Tecnologia da Comunicação e Informação e a Coordenadoria de Material e Patrimônio, em atenção ao ATO TRT13 SGP n.º 34/2022, que instituiu a Política de Nivelamento e Controle dos Ativos de Microinformática, atuaram na adequação do quantitativo de impressoras disponibilizadas nas unidades administrativas e judiciárias do TRT-13. Nesse sentido, 24 impressoras multifuncionais foram recolhidas, de modo que cada unidade do TRT-13 passou a contar, no máximo, com até duas impressoras multifuncionais.

A ação impacta diretamente na redução da utilização de energia elétrica, dos esforços que usualmente seriam empreendidos para manutenção dos equipamentos, na redução do uso de papel, toner e com os custos de aquisição de novos equipamentos que viriam a substituir as antigas impressoras. É uma mudança institucional que leva em consideração a sustentabilidade em seus diversos ângulos.



PARCERIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA PARA PLANTIO DE ÁRVORES

Com o objetivo de compensar as emissões de gases de efeito estufa, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região realizou uma parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, por meio da qual o órgão parceiro viabilizará o plantio de árvores com fornecimento de mudas, preparo e manejo do solo, assim como a devida manutenção. Em contrapartida, o Regional irá promover ações de educação ambiental e de capacitação profissional para a população do município de João Pessoa no Centro de Justiça Social - CIJUS.



Esta ação alinha-se ao fortalecimento institucional com parceiros que promovem a sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. A expectativa é que sejam plantadas ao menos 1.000 árvores, estimando-se que, após a conclusão do projeto, 143 toneladas de CO2, emitidas anualmente pelo TRT-13, sejam compensadas.



COMPRA DE CERTIFICADOS PARA COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES: CRÉDITOS DE CARBONO E REC - CERTIFICADOS DE ENERGIA RENOVÁVEL



Se por um lado o TRT-13 tem focado na produção de energia oriunda de fontes renováveis, especialmente a solar, com a ampliação de sua capacidade energética mediante a expansão de suas usinas fotovoltaicas, por outro lado, sabe-se que ainda não se alcançou o patamar de neutralização de emissões. É por essa razão que, recentemente, o Tribunal adquiriu 269 créditos de carbono (tCO₂) para compensar os gases emitidos no ano de 2022.

Além de todas as ações para a compensação e redução das emissões de gases do efeito estufa, esta instituição está adquirindo certificado i-RECs com selo REC Brazil para neutralizar a emissão de gases de efeito estufa em decorrência do consumo de energia elétrica no ano de 2023 (2015,6 Mwh), assim como créditos de carbono para compensar as 269 tCO₂ de gases emitidos no ano de 2022.

<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</p> 	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p> 	<p>12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</p> 
---	--	---



SUSTENTABILIDADE NO TRT13 EM MOVIMENTO

O Projeto “TRT13 em Movimento” é um conjunto de iniciativas e ações destinadas à promoção da justiça social e dos direitos humanos fundamentais, voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica residentes em João Pessoa, na Região Metropolitana e também cidades do interior da Paraíba.

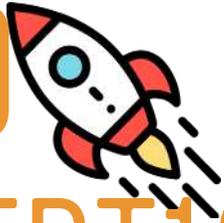
As ações são desenvolvidas por servidores(as) e magistrados(as) do Tribunal, além de parceiros envolvidos no projeto social que atuam como colaboradores da iniciativa. Nos encontros, são tratados temas relativos à saúde (com a presença de médicos, odontólogos e enfermeiros), temas técnicos (palestras com a temática tecnologia e inovação), temas sociais (direito do trabalho, assédio moral, trabalho seguro, trabalho infantil, violência contra mulheres, empoderamento social), pertinentes à sustentabilidade, como reciclagem e compostagem, entre outros. Até o momento, foram realizadas 7 (sete) edições.

As edições ocorreram nas comunidades de Paratibe e Muçumagro, em João Pessoa, Casa do Migrante, em João Pessoa, Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres, em Cabedelo; Baía da Traição, Centro Comunitário Bom José (CBJ), na comunidade da Citex, localizada em João Pessoa, e na Comunidade Jucuri, em Itabaiana-PB, e a outra no Centro Educacional Epaminondas Torres de Aquino, localizado na cidade de Mulungu-PB, no dia 22 de março.

Cada público participante do TRT-13 em movimento recebeu aulas sobre compostagem e formas de promoção da reciclagem no cotidiano. A ação instrucional tem como objetivo fomentar o uso consciente dos recursos naturais e alcançar os públicos externos ao Tribunal, fomentando o descarte e a utilização responsável dos recursos naturais no dia-a-dia de cada ouvinte.



PROJETO ACQUA TRT13



O Jogo AQCUA

O Tribunal promoveu o projeto “Quilombo vai à Nasa”, objetivando participar do Hackathons Global, oficial, da National Aeronautics and Space Administration of USA (NASA), evento que reúne maratonistas em mais de 300 cidades pelo mundo com a finalidade de unir públicos diversos para criação de soluções e fomento à democratização de acesso a uma educação empreendedora e inovadora.

A equipe instruída pelo Tribunal, participante da maratona internacional, foi formada por 4 (quatro) jovens, sendo dois de comunidade quilombola, um indígena e uma migrante da Venezuela. No desafio, o tema abordado foi “Água”, e o grupo coordenado pelo Tribunal, com o desafio de ensinar a importância da água para crianças por meio de um jogo virtual, ficou em segundo lugar. O jogo está sendo aplicado durante as ações do Projeto “TRT13 em Movimento”, nos diversos municípios do Estado da Paraíba. Além da apresentação aos alunos das escolas municipais e estaduais, o jogo é disponibilizado para ser utilizado na rotina das escolas.

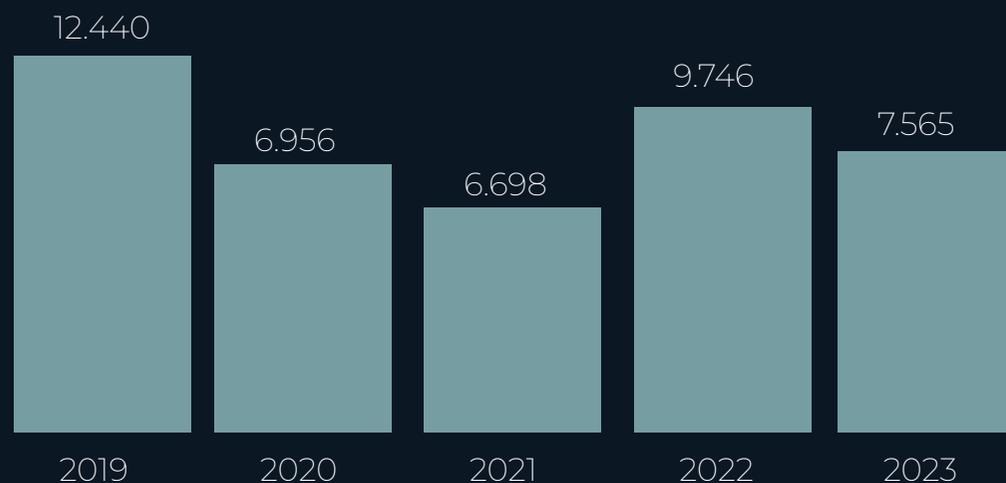


Utilização da água da chuva

Outra ação relevante da Trilha “Greta Thunberg”, ligada ao Projeto “Acqua TRT13”, está relacionada à utilização de água da chuva em unidades do Tribunal.

Apesar da redução do consumo de água do TRT-13 em 2.181m³, quando comparado ao ano de 2023, em que o consumo foi de 7.565m³ de água, há necessidade de que novas ações sejam adotadas para racionalizar a utilização do recurso de forma consciente.

Consumo Anual de Água (m³)



Em consonância com o ODS-6 (Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos), para maior otimização, a água da chuva passou a ser armazenada e utilizada em serviços de limpeza, jardinagem e principalmente nas caixas de descargas das bacias sanitárias. A água tem sido coletada dos telhados, através de calhas, e conduzida para um reservatório em que é armazenada e disponibilizada para uso na jardinagem e na limpeza de pisos.

O monitoramento do consumo de água ocorre pela plataforma disponibilizada em:



ECOPONTO

A instalação de ecopontos, ou seja, locais de coleta seletiva de resíduos em todos os prédios do Tribunal, é justificada por uma série de razões e benefícios ambientais, econômicos, sociais e econômicos, como, por exemplo:

- **Promoção da reciclagem:** Os ecopontos incentivam a reciclagem, dada a facilidade das pessoas separarem materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro e metal, do lixo comum. Isso ajuda a reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários e o aproveitamento de recursos valiosos que, de outra forma, seriam descartados.
- **Redução da poluição e impacto ambiental:** Ao separar os resíduos de forma adequada e direcioná-los para a reciclagem, os ecopontos contribuem para a redução da poluição do solo, da água e do ar.
- **Geração de empregos verdes:** A gestão de resíduos e a reciclagem criam empregos na indústria de reciclagem e no setor de gestão de resíduos, contribuindo para o crescimento econômico e a sustentabilidade além da inclusão social e da empregabilidade.
- **Educação ambiental:** A presença de ecopontos ajuda a conscientizar as pessoas sobre a importância da reciclagem e do descarte adequado de resíduos. Isso pode levar a uma mudança de comportamento em direção às práticas mais sustentáveis.
- **Descarte adequado de aparelhos eletrônicos antigos ou quebrados,** como computadores, celulares, eletrodomésticos e outros dispositivos eletrônicos. Esses locais garantem que os componentes eletrônicos sejam reciclados de forma responsável.



Inicialmente, a instalação ocorreu do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, havendo a expectativa de que a instalação ocorra nos demais edifícios do Tribunal no mês de abril de 2024.



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-instala-eco-ponto-para-coleta-seletiva-de-residuos>



COMPOSTAGEM

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região implementou o Programa de compostagem de resíduos orgânicos produzidos cujo objetivo é realizar destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos produzidos pelos servidores do Tribunal, por meio do processo da vermicompostagem. Restos de frutas, verduras e quaisquer outros vegetais são recolhidos pela equipe terceirizada e depositados em composteiras com minhocas (*Eisenia fetida*) instaladas na área do jardim, onde são transformados em adubo orgânico (húmus). Após 120 dias de compostagem, os resíduos estão totalmente transformados. O produto final é muito rico em nutrientes e é destinado para as plantas nos jardins do Tribunal.



AÇÕES ALUSIVAS AO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

No dia em que se comemora mundialmente o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 05 de junho, o TRT-13 promoveu uma série de ações visando o fomento ao reflorestamento. Nesse sentido, foram distribuídas mudas de árvores, doadas pela Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, aos magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as) e demais pessoas que circularam pelas dependências do edifício-sede do Tribunal.

O Hall de entrada do Tribunal contou com uma exposição de produtos recicláveis, produzidos pela EMLUR Criativa, que se valeu de materiais encontrados do descarte urbano, que acarretaram em utensílios domésticos, produtos decorativos e até brinquedos. Na ocasião, também houve exposição constante de um vídeo produzido no âmbito do Programa de Compostagem do TRT-13, que visa a reciclagem de materiais orgânicos no próprio tribunal, como cascas e restos de frutas, que depois de compostados serão utilizados como fertilizante nos jardins do órgão.



No dia, O presidente do Tribunal, Thiago Andrade, e o Juiz Auxiliar da Presidência, Lindinaldo Silva Marinho, e a chefe da Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Luiza Farias Leal, estiveram nos jardins do prédio e fizeram um ato simbólico ao plantarem mudas de árvores, um estímulo ao reflorestamento, já que as árvores são poderosas aliadas na mitigação das mudanças climáticas e na construção de um ambiente saudável.



SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS NO TRT-13

No dia 20 de fevereiro, representantes do TRT-13 estiveram reunidos com a Vice-Presidente da UFPB, Prof^a. Liana Filgueira, com o objetivo de analisar uma possível parceria entre as duas instituições para ampliar a rede de sustentabilidade do Tribunal. Também participaram da reunião o Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFPB, Prof. Paulo de Tarso Costa Henriques, o chefe de gabinete da Reitoria, Prof. Pablo Moreira, e o coordenador da Coordenação de Convênios (Codecon), Arthur Arruda.

A ideia, que partiu do professor Adriano Silva Marques, do Departamento de Engenharia de Energias Renováveis do Centro de Energias Alternativas e Renováveis (CEAR), e do Juiz Auxiliar da Presidência, é utilizar uma área do Campus I, Unidade Mangabeira (UFPB), para instalação de uma usina fotovoltaica para atender a demanda de energia do Tribunal.





Trilha Patrícia Rosas

COLETA ONEROSA



O Tribunal, alinhado à necessidade de atuar na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que estabelece diretrizes e responsabilidades para a gestão adequada dos resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva e a reciclagem, além da inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, e em observância à política de sustentabilidade do Conselho Nacional de Justiça, que prevê, na Resolução n.º 400, de 16/06/2021, em seu art. 16, §2º, que “... A adequada gestão dos resíduos gerados deve promover a coleta seletiva, com estímulo a sua redução, ao reuso e à reciclagem de materiais, e à inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos...”, entendeu que solicitar a coleta dos resíduos sólidos por meio de um termo de compromisso que não remunere o serviço é uma iniciativa insuficiente para atingir o objetivo da inclusão socioeconômica deste público.

Ainda com a preocupação de promover ações para valorizar e dignificar os trabalhadores da coleta de resíduos, o Tribunal realizou um evento intitulado “Ecolabora – Dignidade e Segurança aos Catadores de Materiais Recicláveis”. O evento contou com a presença da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), da Promotoria de Justiça, do Ministério Público da Paraíba (MPPB), além dos representantes das Associações e Cooperativas de Catadores de João Pessoa. Na ocasião, uma reflexão sobre o tema foi amplamente discutida, além de escuta ativa sobre dificuldades e preconceitos que tanto estigmatizam a classe de trabalhadores de resíduos recicláveis.





Desta forma, para promover a devida inclusão socioeconômica dos catadores, prevista em Lei, o Tribunal realizou uma contratação buscando a remuneração do serviço prestado pelas associações/cooperativas de coleta de material baseando-se na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, art. 75, IV, j).

A iniciativa inédita e pioneira no Brasil culminou na contratação de 03 (três) cooperativas e 01 (uma) associação para a coleta onerosa na sede do Tribunal, em João Pessoa, e no Fórum do Trabalho, em Campina Grande. Remunera-se, por cada coleta, R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais) em João Pessoa e em Campina Grande, respectivamente.

Como fruto desta iniciativa o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do ATO Conjunto TST.CSJT.GP n.º5, de 12 de janeiro de 2024, instituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, no âmbito da Justiça do Trabalho.





Repercussão

NOTÍCIAS

Sustentabilidade: Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis é comemorado no dia 1º de março

Numa iniciativa pioneira, TRT-13 remunera Cooperativas pelo serviço de coleta, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis gerados nas unidades do TRT-13

Publicado 01/03/2024 17h12
Última modificação 05/03/2024 14h47



Presidente do TRT-13 faz visita a cooperativa de catadores de material reciclável em Itabaiana

No dia 1º de março é comemorado o Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, uma data de celebração e reflexão sobre a geração de lixo doméstico. Data é uma homenagem em memória às vítimas do massacre de Ottawa, ocorrido na Universidade Livre de Ottawa, na Colômbia, em 1992, quando 11 catadores foram assassinados no trabalho, visando o tráfico de órgãos.

A categoria dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis é reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desde 2002, constando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). No entanto, a situação de precariedade desses trabalhadores chama a atenção. Por não receberem um pagamento fixo pelo serviço, ganhando apenas o dinheiro da venda do material coletado, uma manhã fora do trabalho pode ter um impacto danoso na arrecadação mensal.

Max Frederico, secretário de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST) do TRT-13, afirma que "os catadores de resíduos de associações e cooperativas têm uma das profissões mais estigmatizadas que existe. Dizem que eles só catam lixo, mas eles prestam um serviço extremamente importante para sociedade e para o meio ambiente".

NOTÍCIAS

Presidente do TRT-13 é designado pelo TST para compor Grupo de Trabalho que visa melhoria do trabalho dos catadores de recicláveis

Convite decorreu da atuação do Tribunal no Projeto EcoLABORA

Publicado 15/01/2024 10h07
Última modificação 15/01/2024 09h55

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região), Thiago Andrade, foi designado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para compor o Grupo de Trabalho para propor melhorias nas condições trabalhistas de catadores de recicláveis. O grupo vai elaborar uma proposta voltada ao fomento do trabalho decente para catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Além disso, deve promover a valorização das pessoas, o trabalho decente e a sustentabilidade, bem como incentivar o respeito à diversidade e um meio ambiente do trabalho com saúde e segurança para os trabalhadores.

"O convite para atuar no grupo de trabalho decorreu da atuação do Tribunal no Projeto EcoLABORA. Fomos o primeiro tribunal do país a contratar de forma remunerada associações de catadores. Diversos tribunais do país têm entrado em contato conosco para saber como fizemos", destacou o presidente Thiago Andrade.

A assinatura do ato de criação do Grupo de Trabalho dos Catadores na Justiça do Trabalho pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Lelio Bentes Corrêa, ocorreu na Expocatadores 2023, em dezembro.

NOTÍCIAS

Sustentabilidade: TRT-13 lança edital para selecionar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis

A contratação visa a realização de serviço de coleta, transporte, separação, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis não perigosos

Publicado 23/10/2023 00h00
Última modificação 08/11/2023 14h03

Alinhado com a Política de Responsabilidade Socioambiental, aprovada por meio do ATO TRT SGP nº 51/2020, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região) lança edital de seleção de ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A contratação objetiva a realização de serviço de coleta, transporte, separação, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos recicláveis não perigosos, contendo papel, papelão, plástico, metais diversos, gerados nas Unidades do TRT-13. A entrega da documentação deverá ocorrer no período de 25/10/2023 a 10/11/2023, no horário de 7h às 17h, de segunda a sexta.

O processo de habilitação e seleção utilizará de instrumentos de divulgação e ações de publicidade que assegurem a lisura e a igualdade de participação de todas as associações e/ou cooperativas interessadas e seguirá a ordem de cadastramento.

AQUILOMBA, PARAÍBA

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região busca promover a justiça social por meio de ações concretas baseadas nos princípios dos direitos humanos. Desse modo, a instituição tem dialogado com membros da sociedade civil a fim de promover uma atuação alinhada às suas demandas e expectativas.

Pensando nisso, foi criada, em janeiro de 2023, a Assessoria de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos, a Aspros, objetivando cidadanizar e democratizar as práticas do TRT-13 na Paraíba.



A Aspros promove ações sociais a partir dos princípios dos direitos humanos e auxilia na implementação do compromisso político institucional do TRT-13 com a justiça social e a valorização da sociodiversidade.

Em seu planejamento, destaca-se a orientação da Organização das Nações Unidas no que tange à necessidade da realização de ações afirmativas para garantir reais oportunidades para grupos com alta vulnerabilidade social, tais como comunidades quilombolas, indígenas e ciganas. Nota-se ainda a pertinência da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, instituída pelo Decreto n.º 6.040/2007, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Partindo de tais questões, surge em nosso Regional a iniciativa “Aquilomba, Paraíba: projeto de sustentabilidade e inovação social do TRT-13”. O objetivo é promover letramento digital, formação em sustentabilidade, bem como apresentar temas potencializadores e implantar espaços que fomentem a inovação social em comunidades quilombolas da Paraíba.



O projeto pretende alcançar, em sua primeira fase, doze territórios e, diretamente, 360 pessoas. Destaca-se o alinhamento à Agenda 2030 da ONU no que tange à adoção de medidas transformadoras a fim de direcionar a sociedade para o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Nesse sentido, a partir do diálogo com instituições parceiras, o projeto pretende implantar um espaço de criação e de inovação dentro das comunidades. A iniciativa visa ser ferramenta para o desenvolvimento de novas tecnologias sociais.





OBJETIVO GERAL

Enfrentar os processos de marginalização e exclusão de determinados grupos, por meio do empoderamento dos atores sociais e do oferecimento de caminhos para o seu pleno desenvolvimento.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implantar espaços de inovação social a fim de fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias sociais;
- proporcionar formação em desenvolvimento sustentável e outros temas que contribuam com a proposição de soluções inovadoras para os desafios cotidianamente enfrentados;
- mobilizar a participação dos atores sociais no processo de identificação de problemas e na proposição de soluções alinhadas aos Objetivos agenda 2030 da ONU;
- estabelecer parceria com instituições de ensino a fim de promover uma formação continuada nas comunidades; e
- reconhecer as práticas e vivências desenvolvidas nos territórios.



Prêmio Gertrudes Maria.

O Prêmio Gertrudes Maria tem como objetivo incentivar e reconhecer o engajamento dos participantes do projeto, bem como instigá-los a produzir ensaios e vídeos que envolvam suas vivências e o tema da sustentabilidade.

O Prêmio Gertrudes Maria será concedido nas seguintes dimensões:

- ◆ Categoria “Sou porque nós somos”: maratona de perguntas e respostas sobre os ODS’s, a ser realizada ao final da primeira etapa de formação, seguida da realização de um Hackatown com os participantes vencedores da etapa local;
- ◆ Categoria “Escrevivências¹”: produção de ensaio escrito sobre o cotidiano, os desafios enfrentados e as possibilidades de um “futuro ancestral”².
- ◆ Categoria “O chão que piso”: produção de vídeo que apresente uma boa prática desenvolvida pela comunidade e que pode ser replicada por outros contextos e agentes políticos evidenciando questões relativas aos processos identitários vivenciados e as construções coletivas de cada grupo.



Doação de computadores

Foram doados computadores as comunidades, por meio de parceria com a Coordenação Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba, a CEQNEQ.

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/aquilomba-paraiba-trt-13-assina-termo-de-doacao-de-computadores-por-meio-de-parceria-com-a-ceqneq>

REUNIÃO INICIAL

Reunião, no Centro Integrado da justiça Social (Cijus), do TRT-13, com lideranças quilombolas de toda a Paraíba para apresentação do projeto “Aquilomba, Paraíba” e do plano de trabalho para 2023





Momento da entrega de computadores nas comunidades quilombolas

Faz parte das ações do projeto a doação de 187 computadores às comunidades quilombolas.



Etapa de formação em:

- ◆ Direitos humanos
- ◆ Agenda 2030 da ONU
- ◆ Sustentabilidade social e ambiental
- ◆ Metodologias Criativas
Produção de Mídias
- ◆ Empoderamento Feminino





TrilhaWangari
Maathai

Projeto Quilombo Vai à Nasa



O **Projeto Quilombo Vai à Nasa** foi idealizado a partir do desejo de que jovens, principalmente meninas, tenham a oportunidade de acessar uma educação emancipadora e inclusiva, que os conscientize acerca de seus direitos, que os empodere e que os capacite para participar do Hackathon da NASA, uma competição mundial realizada pela agência espacial norte-americana com o intuito de criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na Terra. Assim, foram selecionados 35 jovens em situação de vulnerabilidade social, dos quais 30 são meninas, consolidando 86% de participação feminina no referido projeto. O processo de formação durou 12 encontros e mesclou aulas sobre empreendedorismo, liderança, inovação, tecnologias, habilidades para o futuro profissional, negócios e ODS da ONU.

A formação, ofertada pela empresa 3bDelas, abordou temas variados, a exemplo das questões ligadas ao campo do empreendedorismo sustentável, da inovação e da tecnologia. Além disso, foram trabalhadas questões ligadas às habilidades para o futuro profissional e à Agenda 2030 da ONU. O projeto recebeu 35 pessoas (venezuelanas refugiadas, adolescentes de acolhimento institucional, quilombolas, indígenas tabajara, adolescentes de periferia autodeclaradas negras), jovens que em sua maioria também atuam no Tribunal enquanto aprendizes, e realizou-se em 12 encontros, sendo encerrado com uma maratona de desenvolvimento de soluções tecnológicas nos dias 16 e 17 de setembro. 14 (quatorze) estudantes do projeto também participaram de uma competição para criar soluções inovadoras para os desafios atuais mais prementes na Terra e no espaço, o NASA Space, nos dias 6, 7 e 8 de outubro do corrente ano.



RESULTADOS

- Formação de 35 jovens, dos quais 30 são meninas, consolidando 86% de participação feminina no referido projeto. O processo de formação durou 12 encontros e mesclou aulas sobre empreendedorismo, liderança, inovação, tecnologias, habilidades para o futuro profissional, negócios e ODS da ONU.
- Participação de público diverso, composto por venezuelanas em situação de refúgio, quilombolas, indígenas, adolescentes em situação de acolhimento institucional e jovens negras de periferia.
- Adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social empoderados e motivados a investirem na área da tecnologia.
- 14 adolescentes e jovens do Projeto participando efetivamente da maratona de inovação e tecnologia, o NASA Space.
- Conquista do 2º lugar na seletiva local da maior maratona global e oficial da NASA.
- Criação de um jogo virtual, por equipe participante do projeto, que discute o tema do consumo sustentável da água.
- Estímulo ao direito à aprendizagem e à profissionalização dos adolescentes e jovens.



RECONHECIMENTO

O projeto foi premiado, em Belém, na categoria Cultural, na 1ª Edição do Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável do Conselho Superior da Justiça do Trabalho”.



<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/projeto-quilombo-vai-a-nasa-reune-35-estudantes-a-partir-desta-segunda-24-1>

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/quilombo-vai-a-nasa-vence-1o-edicao-do-premio-201cjustica-do-trabalho-sustentavel201d>

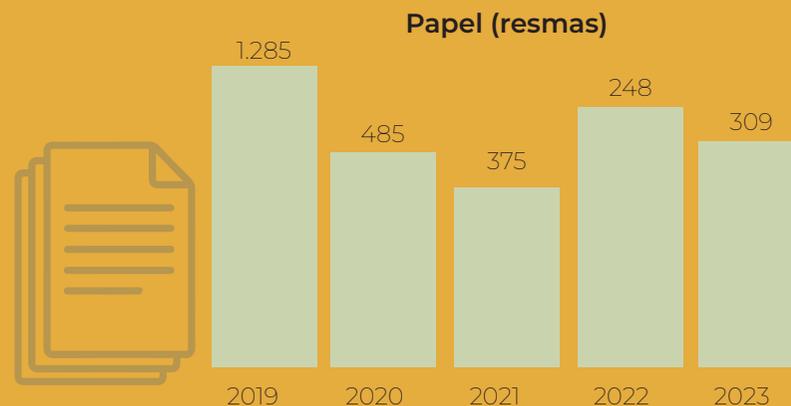
Trilha Ailton Krenak



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



O Plano de Logística Sustentável do TRT-13 foi elaborado observando as diretrizes da Resolução CNJ n.º 400, de 16 de junho de 2021, bem como alinhamento com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Neste importante instrumento de gestão dos recursos ambientais, sociais e econômicos, verifica-se uma evolução positiva do Tribunal nos últimos 5 anos, senão vejamos:



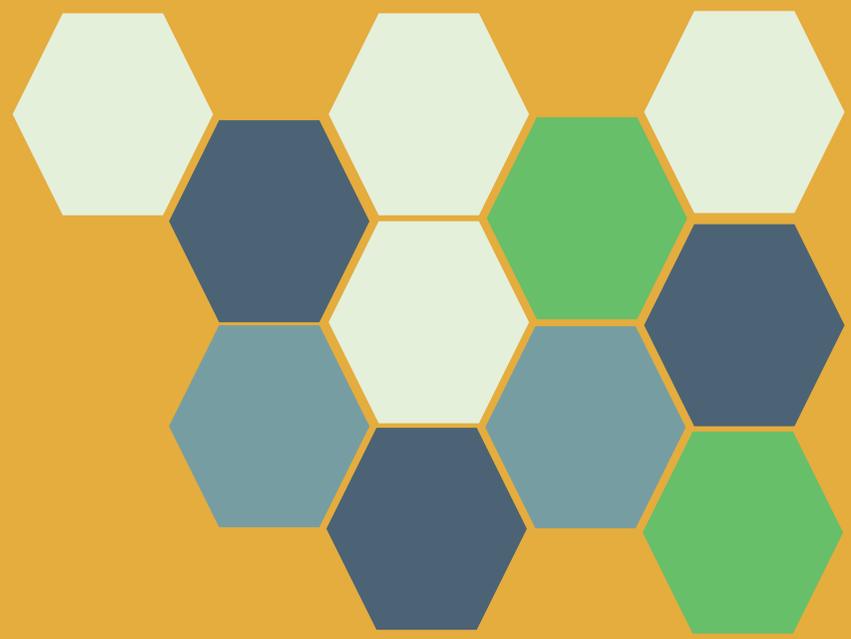
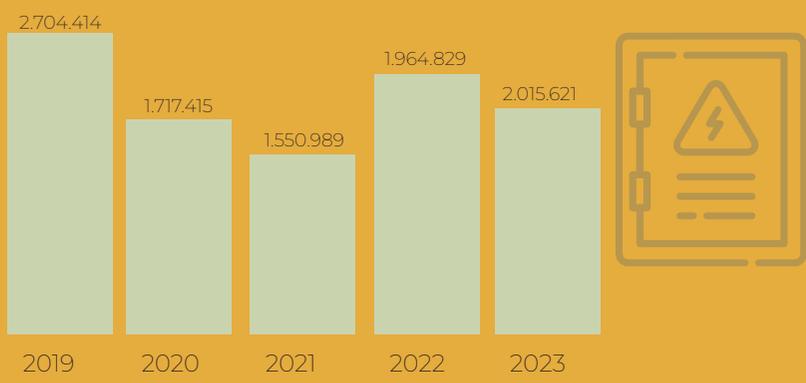
Impressão de Documentos (número de impressões)

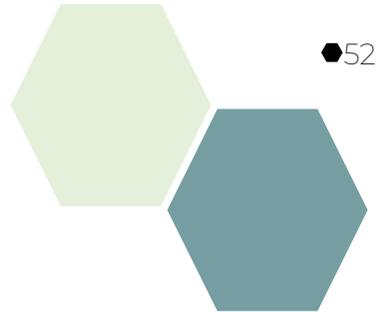


Água e Esgoto (litros/m²)

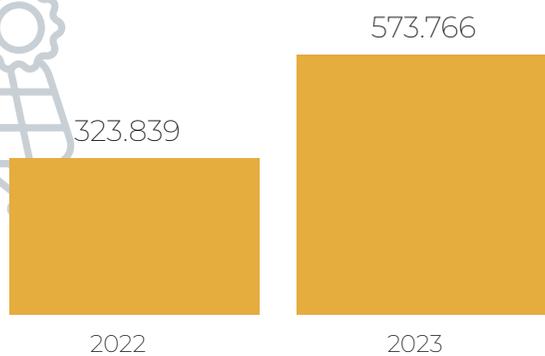
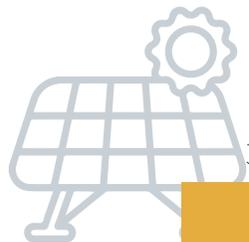


Consumo de Energia Elétrica (KWh)

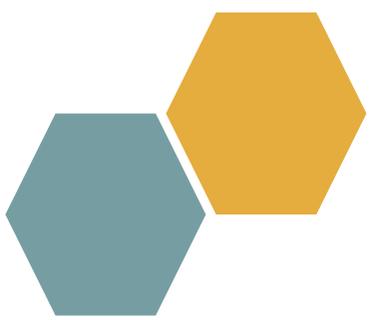
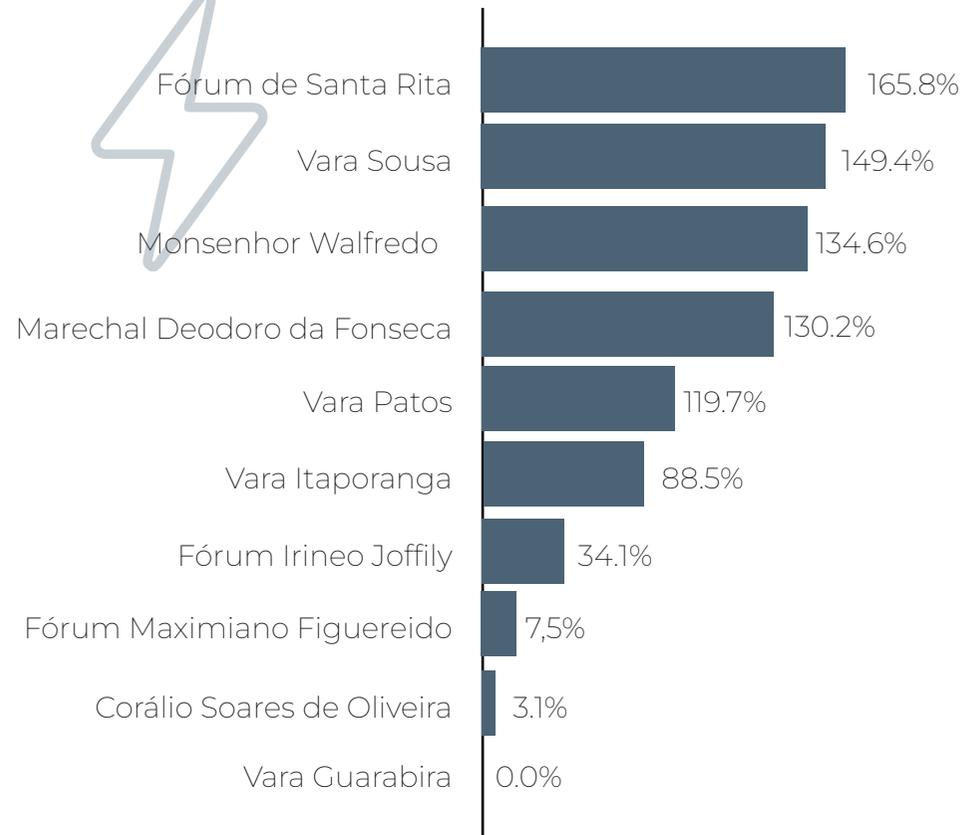




Produção de Energia Elétrica Nas Placas Solares (kWh)



Geração De Energia Elétrica x Consumo



REDE DE SUSTENTABILIDADE DO SEGMENTO DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA - CONECTA SUSTENTABILIDADE



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que cria a rede Conecta Sustentabilidade

Unir e deixar o segmento de Justiça do Estado da Paraíba mais forte, preparado, atualizado e pronto para contribuir com ações relacionadas com sustentabilidade é o caminho a ser percorrido por esta trilha.

A Conecta Sustentabilidade é uma rede que tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes para a implementação de programas e ações interinstitucionais de sustentabilidade. Nesse sentido, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região convidou o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a Seção Judiciária Federal da Paraíba, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba para juntos debaterem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), baseados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil.

A Conecta Sustentabilidade foi formada para trilhar um caminho sólido e coeso para a efetiva implementação da agenda de sustentabilidade no Estado da Paraíba, com geração e realização de ações e iniciativas, criação de ferramentas práticas e oferecimento de parâmetros objetivos.



A assinatura do Protocolo de Cooperação ocorreu no dia 27 de fevereiro, no edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, instituição responsável por capitanear a iniciativa. Integram, também, a Conecta Sustentabilidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Justiça Federal na Paraíba (JFPB) e Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB). Por meio da criação do grupo, deverão ser implementados programas e ações interinstitucionais de sustentabilidade. O trabalho em conjunto na promoção da sustentabilidade deverá observar os tratados internacionais e se alinhar à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além disso, as instituições participantes vão criar um comitê interinstitucional para propor, planejar e acompanhar programas e ações, visando a correta preservação e recuperação do meio ambiente. Outra ação da Conecta Sustentabilidade será alimentar um banco de dados comum, com informações necessárias ao alcance da sustentabilidade, bem como promover e apoiar a qualificação técnica das comissões de responsabilidade socioambiental e outras áreas interessadas.

A rede tem o propósito de, efetivamente, implementar uma agenda de sustentabilidade na Paraíba e na Administração Pública. Neste sentido, permanece aberta para adesão de outras instituições do setor público das esferas federal, estadual e municipal.



Reunião com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba para criação da Conecta Sustentabilidade

Objetivos:

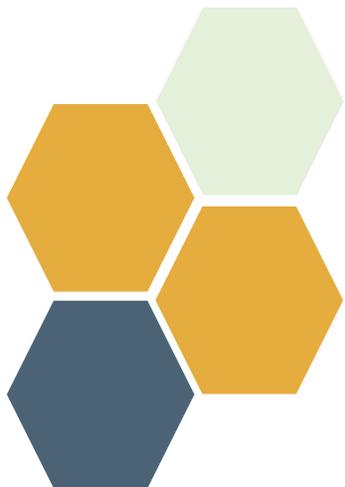
- Criação de um comitê interinstitucional com o objetivo de propor, planejar e acompanhar programas e ações, com fixação de metas anuais, visando a correta preservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente;
- Implementação de políticas públicas permanentes em defesa da sustentabilidade;
- Fomento de ações educativas e pedagógicas, a fim de sensibilizar magistrados, conselheiros, servidores, usuários internos e externos dos serviços públicos ofertados pelos partícipes sobre a necessidade de que ações concretas sejam tomadas para efetiva proteção do meio ambiente;
- Criação de banco de dados que contemple informações necessárias ao alcance do objeto de Protocolo de Cooperação Técnica das comissões de responsabilidade socioambiental e outras áreas interessadas; e
- Articulação para adesão de novas partícipes.



Reunião com o Tribunal de Justiça da Paraíba para criação da Conecta Sustentabilidade



Reunião com o professor Adriano da Silva Marques da Universidade Federal da Paraíba - Tema: Compensação ambiental



Logo após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, as entidades participantes indicaram os seus respectivos representantes, que estão convidados a participar da 1ª reunião da Rede Conecta Sustentabilidade, a se realizar no dia 12/04/2024, às 09h, na sede do TRT da 13ª Região.



Reunião com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba para criação da Conecta Sustentabilidade



Reunião com a Justiça Federal da Paraíba para criação da Conecta Sustentabilidade



Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica que cria a Conecta Sustentabilidade





QUEM PODE ADERIR

Com o objetivo de promover ações voltadas para a sustentabilidade na administração pública, a Conecta Sustentabilidade estimula a participação e adesão do setor público da Paraíba das esferas federal, estadual e municipal, sendo bem vindo o apoio especializado e técnico de profissionais da área, tudo no propósito único de serem alcançados os objetivos da Conecta Sustentabilidade, visando a construção de uma sociedade mais atenta aos diversos problemas ambientais, sociais e de governança.

Para outras informações, envie e-mail para seggest@trt13.jus.br ou entre em contato pelo telefone (83) 3533-6120.



O QUE É

Uma rede formada por cinco instituições públicas, signatárias originalmente do Protocolo de Cooperação Técnica, denominada Rede de Sustentabilidade do Sistema de Justiça da Paraíba (Conecta Sustentabilidade), com o propósito de implementação de ações conjuntas no tema da sustentabilidade, com foco nos eixos Ambiental, Social e Governança.

QUEM SOMOS

- Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região)
- Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
- Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
- Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
- Universidade Federal da Paraíba

OBJETO

Conjugação de esforços entre os partícipes visando à implementação de programas e ações interinstitucionais de Sustentabilidade.

COMO FOI FORMADA

Lançada a partir da ideia da união de esforços institucionais por meio da assinatura conjunta de um Protocolo de Cooperação Técnica com órgãos públicos que estejam envolvidos e comprometidos com o tema Sustentabilidade e atentos às discussões sobre as tendências globais relacionadas ao tema.

A Conecta Sustentabilidade foi formada para trilhar um caminho sólido e coeso para a efetiva implementação da agenda de sustentabilidade na Paraíba, com geração e realização de ações e iniciativas, criação de ferramentas práticas e oferecimento de parâmetros objetivos para apoiar a implementação dessa agenda em nosso Estado.

Após assinatura e publicação do Termo de Cooperação Técnica, tem início no exercício 2024, os trabalhos da Conecta Sustentabilidade.

FINALIDADE

Trabalhar em conjunto na promoção da sustentabilidade, com observância aos tratados internacionais e alinhamento à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como fortalecer as boas práticas internas, estimular ações conjuntas e compartilhamento de experiências, entre outras.

COMO SERÁ O TRABALHO

Foram definidas, no Protocolo de Cooperação Técnica, as formas de cooperação, incluindo um Plano de Trabalho que orientará as primeiras ações da Conecta, a exemplo de:

- criar um comitê interinstitucional com o objetivo de propor, planejar e acompanhar os programas e as ações pactuados, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente;
- implementar políticas públicas permanentes em defesa da Sustentabilidade;
- fomentar ações educativas e pedagógicas a fim de sensibilizar os magistrados, conselheiros, servidores, demais funcionários e usuários dos serviços prestados pelos partícipes sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente;
- criar e alimentar banco de dados comum, com informações necessárias ao alcance do objeto do Protocolo de Cooperação Técnica;
- promover e apoiar a qualificação técnica das comissões de responsabilidade socioambiental e outras áreas interessadas;
- articular a adesão de novos partícipes entre outras ações.

 **conecta**
SUSTENTABILIDADE



 **conecta**
SUSTENTABILIDADE

 **conecta**
SUSTENTABILIDADE
Ambiental Social Cultural

 **PRE-SP**

REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 122 p.

WIKIPÉDIA. Greta Thunberg. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Greta_Thunberg. Acesso em: 04 de abril de 2024

MAATHAI. Wangari. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wangari_Maathai. Acesso em: 04 de abril de 2024

KRENAK. Ailton. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ailton_Krenak. Acesso em: 04 de abril de 2024

<https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2024/02/526896-do-lixao-a-carreira-academica-conheca-a-historia-da-paraibana-patricia-rosas/>

PORTAL T5. Do lixão à carreira acadêmica: conheça a história da paraibana Patrícia Rosas. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/paraiba/2024/02/526896-do-lixao-a-carreira-academica-conheca-a-historia-da-paraibana-patricia-rosas/>. Acesso em: 04 de abril de 2024.





JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB)

TRT 13 - PARAÍBA

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

